

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2017/010

PROCESSO Nº. AD – 53/2017

DATA: 19/06/2017

SÍNTESE DO OBJETO E PROCEDIMENTOS

LEGISLAÇÃO: O procedimento licitatório obedecerá, o Decreto Estadual nº. 1527-R, de 30 de agosto de 2005, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Estadual nº 2.060-R de 20 de maio de 2008 e subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENVIO E RECEBIMENTO DE SMS, com a finalidade de atender às necessidades do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, doravante denominado de BANDES, em Vitória/ES, de acordo com o disposto no presente Edital e respectivos Anexos, que dele passam a fazer parte integrante, para todos os efeitos.

TIPO: MENOR PREÇO.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 28/07/2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09/08/2017 às 13h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09/08/2017 às 14h.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

- contato: ANGELA SANTOS DA FONSECA – Pregoeira
- endereço: Av. Princesa Isabel, 54 – 9º andar - Centro - Vitória/ES, CEP – 29.010-906
- e-mail: pregao@bandes.com.br
- telefone: (27) 3331-4466
- fax: (27) 3223-6307

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bb.com.br - Licitações-e – “Acesso Identificado”.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2017/010 PROCESSO Nº. AD – 27/2017

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES**, instituição financeira constituída sob a forma jurídica de sociedade anônima de economia mista, com sede na av. Princesa Isabel, 54 – 12º andar, ed. Caparaó, Centro – Vitória/ES, através de Pregoeira designada pela Portaria nº 39 de 20 de abril de 2017, por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação - *INTERNET*, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local já indicados anteriormente, fará realizar-se licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENVIO E RECEBIMENTO DE SMS**.
- 1.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro efetivo do BANDES, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações-e", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.
- 1.3. O procedimento licitatório obedecerá, o Decreto Estadual nº. 1527-R, de 30 de agosto de 2005, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade Pregão, a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Estadual nº 2.060-R de 20 de maio de 2008 e subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

2. DO OBJETO

- 2.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENVIO E RECEBIMENTO DE SMS**, com a finalidade de atender às necessidades do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, doravante denominado de BANDES, em Vitória/ES, de acordo com a **descrição detalhada e especificações técnicas contidas no Anexo I** deste Edital.

3. ORIGEM DE RECURSOS

- 3.1. A despesa com o pagamento do referido objeto será custeada com recursos próprios do BANDES.

4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

- 4.1. Observado o prazo de dois dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, o licitante poderá formular consultas, preferencialmente pelo e-mail pregao@bandes.com.br, ou através de correspondência dirigida à Pregoeira do BANDES, à av. Princesa Isabel, 54 – 9º andar – Centro – CEP 29.010-906 – Vitória – ES, ou, ainda pelos telefones (27) 3331.4466, (27) 3331.4440 e fax (27) 3223.6307, informando o número da licitação.

5. REFERÊNCIA DE TEMPO

- 5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem integralmente às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- 6.2.1. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- 6.2.2. Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou outras penalidades impostas por qualquer órgão da Administração Pública motivadas pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei no. 8.666/93;
- 6.2.3. Sejam declarados inidôneos em qualquer esfera de Governo;
- 6.2.4. Estejam em processo de falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- 6.2.5. Empresa ou grupo econômico do qual empregado ou membro dos órgãos da administração do BANDES, seja sócio, detenha participação acionária ou participe de alguma forma de sua administração;
- 6.2.6. Empresa ou grupo econômico que esteja inadimplente com seus compromissos, decorrentes de financiamentos concedidos pelo BANDES, ou que tenha sido penalizada com a rescisão de contrato de fornecimento de bens ou prestação de serviços nos 02 (dois) anos anteriores à data prevista para a abertura da presente licitação.

7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 7.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- 7.1.1. Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;
- 7.1.2. Responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- 7.1.3. Abrir as propostas de preços;
- 7.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 7.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 7.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 7.1.7. Verificar a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar;
- 7.1.8. Declarar o vencedor;
- 7.1.9. Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

- 7.1.10. Adjudicar o objeto ao vencedor;
- 7.1.11. Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;
- 7.1.12. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- 7.1.13. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- 7.1.14. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

8. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES-E

- 8.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto às agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País (§ 1º, Art. 3º, do Decreto 3.697/2000).
 - 8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelos telefones: **3003-0500 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-7290500 (demais localidades)**.
- 8.2. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S.A., devidamente justificado.
- 8.3. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no "Licitações-e".
- 8.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa licitante, no ato do cadastramento, este deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 8.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao BANDES ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 8.6. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 9.1. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.licitacoes-e.com.br, opção "**Acesso Identificado**", observando a data e o horário limites estabelecidos.
- 9.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.3. No caso de desconexão com a Pregoeira no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.3.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão poderá ser suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

10. CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.1. Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

10.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na lei.

10.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

11. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

11.2. O serviço ofertado deverá atender a todas as especificações indicadas no **Anexo I** do Edital.

11.3. A proposta do licitante vencedor deverá conter:

11.3.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da data da sessão de abertura desta licitação.

11.3.2. Razão social, número do CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone e fax da empresa licitante.

11.3.3. **PREÇO GLOBAL proposto**, expresso em moeda corrente nacional, devendo estes incluir todas as despesas pertinentes ao objeto licitado. **Na proposta deverá constar obrigatoriamente o valor unitário e o valor global proposto conforme modelo no Anexo III.**

11.3.3.1. **NO SISTEMA DEVERÁ SER INSERIDO SOMENTE O VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** (referem-se a todos os insumos previstos, honorários, impostos, taxas e tarifas, de acordo com as especificações do Anexo I).

11.3.4. Declaração de que no preço proposto estão incluídas todas as despesas com salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, seguros, tributos diretos e indiretos e outras despesas pertinentes ao objeto do presente edital.

11.3.5. Declaração de que atende plenamente todos os requisitos exigidos no Anexo I e II do presente edital.

11.4. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via original, na língua portuguesa corrente no

Brasil, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, impressa através de edição eletrônica de textos em papel timbrado do licitante, bem como ser redigida de forma clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas.

12. ABERTURA DAS PROPOSTAS

- 12.1. A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo *site* já indicado no item 9.1, passando a Pregoeira a avaliar a aceitabilidade das propostas de acordo com o Item 10.
- 12.2. A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 12.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 12.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 12.5. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 12.5.1. Serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 12.5.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 12.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos licitantes e à Pregoeira.
- 12.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 12.8. Facultativamente, a Pregoeira poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento dos lances e subsequente transcurso do prazo de 30 (trinta) minutos encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao proponente que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 12.8.1 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão da pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.9. De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a solicitação da pregoeira, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no *caput*, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) A Pregoeira deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas no Anexo II deste Edital;

d) Na hipótese de não contratação nos termos previstos na condição indicada no *caput*, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

12.10 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a pregoeira solicitará os documentos descritos no Anexo II para comprovar a regularidade de situação do autor da proposta, documentação essa avaliada na forma da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores. A Pregoeira verificará, também, o cumprimento das exigências para habilitação contidas nos demais Anexos deste Edital.

12.11 **A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, em até 2 horas após o encerramento da disputa, a sua proposta de preço detalhada com o preço ajustado, e em até 24 (vinte e quatro) horas, cópia dos documentos comprobatórios de habilitação e qualificação constantes do ANEXO II, contadas da data e hora da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico, que deverão ser encaminhados para o e-mail pregao@bandes.com.br ou o fax (27) 3223-6307**, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada à Pregoeira, para a sede do BANDES, na av. Princesa Isabel, 54 – Centro – Vitória/ES, CEP: 29010-906, observando o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data e hora da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico.

12.12 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e terminado o prazo para recurso, o objeto será adjudicado pela Pregoeira ao autor da proposta ou lance de menor preço.

12.13 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular (documentos comprobatórios de habilitação e qualificação), estará sujeito às penalidades previstas no item 21. Neste caso, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 A Pregoeira efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **"MENOR PREÇO" RELATIVO AO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA**, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação após observados prazos para fornecimento, especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

13.2. A qualquer tempo após a sessão de lances, analisando a aceitabilidade ou não, ou, quando for o caso, após negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor, a Pregoeira fará a declaração do licitante vencedor.

13.3. Se a proposta do licitante que oferecer o lance de menor valor por lote não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará o lance subsequente,

verificando a aceitabilidade de sua proposta, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

13.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, a Pregoeira poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor para o BANDES.

13.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto depois de concluída a fase de interposição de recurso.

14. HOMOLOGAÇÃO:

14.1. Em não sendo interposto recurso, caberá à Pregoeira fazer a adjudicação ao licitante vencedor no sistema.

14.2. Em havendo recurso, a Autoridade Competente do BANDES, após deliberar sobre o assunto, adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14.3. O prazo máximo para o licitante vencedor assinar o contrato é de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas no **item 21**.

14.4. Se o licitante vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, o BANDES poderá convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

15. CONTRATO

15.1. Será firmado com os licitantes vencedores **contrato de prestação de serviços pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogado na forma da lei nos termos da proposta apresentada e da Minuta de Contrato constante do **Anexo VI** deste Edital. O BANDES notificará o licitante vencedor com o prazo máximo para retirar o contrato e devolvê-lo assinado, sob pena de aplicação das sanções previstas no **item 21**.

15.2. O prazo que será estipulado pelo BANDES para retirada, assinatura e entrega do contrato assinado será de no mínimo 3 (três) dias úteis, de acordo com a conveniência administrativa do BANDES.

15.3. Os documentos citados no **Anexo II** deste Edital deverão estar válidos **na data da contratação**, obrigando-se o licitante a reapresentá-los, caso suas validades tenham se esgotado entre a sessão do Pregão e a assinatura do contrato.

16. OBRIGAÇÕES DO BANDES

16.1. Compete ao BANDES, além dos itens descritos no **Anexo I e VI** deste Edital:

16.1.1. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

16.1.2. Alocar os recursos necessários à contratação dos serviços, conferir a fatura e efetuar os pagamentos correspondentes;

16.1.3. Acompanhar a execução do serviço contratado, disponibilizando um representante do seu quadro de pessoal para fiscalizá-lo;

16.1.4. Fornecer ao CONTRATADO, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do BANDES;

17. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

17.1. Compete à vencedora, além dos itens descritos no **Anexo I e VI** deste Edital:

17.1.1. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do BANDES, quanto ao objeto desta licitação;

17.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições assumidas na licitação;

17.1.3. Se responsabilizar pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado após a prestação dos serviços, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura relativa aos serviços do mês vencido, com a discriminação dos serviços prestados e locais das vistorias.

18.2. A conferência da Nota Fiscal será efetuada pelo setor responsável pelo acompanhamento do contrato, confirmando que os serviços foram prestados na forma contratada.

18.3. O documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções, será devolvido ao contratado, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.

18.4. Em caso de rejeição da nota fiscal/fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de 5 (cinco) dias úteis passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

18.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.

18.6. Fica assegurado ao BANDES o direito de deduzir do pagamento devido à Contratada, independente da aplicação de multas, importância correspondente a:

18.6.1 Débitos a que tiver dado causa;

18.6.2 Despesas relativas à correção de eventuais falhas;

18.6.3 Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos;

18.7. Se devido, serão procedidos nos pagamentos a serem efetuados as retenções de impostos nas hipóteses previstas na lei. Caso a Contratada seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com cada NF/Fatura, a cópia do Termo de Opção.

18.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

19. DO REAJUSTAMENTO:

19.1 Não haverá, sob hipótese alguma, reajuste de preços antes de decorridos 12 (doze) meses de vigência do contrato. Após esse prazo, o contrato poderá ser reajustado, aplicando-se, nesse caso, como índice de reajuste, o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

20. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

20.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data inicial do recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

- 20.2. Após a declaração do vencedor no sistema, o licitante que desejar recorrer das decisões da Pregoeira poderá fazê-lo no prazo de até **30 (trinta) minutos**, mediante o registro da síntese de suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 20.3. A falta de manifestação indicada no **item 20.2** importará a preclusão do direito de recurso.
- 20.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.
- 20.5. Os recursos e contrarrazões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos à Pregoeira e protocolados junto ao BANDES, localizado a av. Princesa Isabel, 54 – 9º andar – Centro – Vitória - ES, CEP: 29.010-906, em dias úteis, no horário das 9 às 18 horas, o qual deverá receber, examinar e submetê-lo a autoridade competente que decidirá sobre a sua pertinência.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. A empresa licitante deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no edital, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 28 do Decreto Estadual nº 1.527-R/2005, aplicando-se subsidiariamente o art. 7º da Lei 10.520/2002 e os artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, conforme o disposto:
- 21.1.1. Advertência;
- 21.1.2. Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura do mês equivalente, por dia de descontinuidade dos serviços, até o limite de 05 (cinco) dias;
- 21.1.3. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, por atraso no início na prestação dos serviços ou interrupção, superior a 05 (cinco) dias;
- 21.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado ou descumprimento das demais cláusulas contratuais;
- 21.1.5. Na forma do art. 28 do Decreto nº 1.527-R, impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, bem como descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até (05) cinco anos.
- 21.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista do item 21.1.2.
- 21.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na prestação dos serviços advir de caso fortuito ou motivo de força maior, ambos aceitos pelo BANDES.
- 21.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, caso houver, além da perda deste, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo BANDES ou cobrada judicialmente.
- 21.6. As sanções estabelecidas nos itens 21.1.1 e 21.1.5 poderão ser aplicadas juntamente com as dos itens 21.1.2, 21.1.3 e 21.1.4, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 21.7. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

22. CONDUTA ÉTICA DO LICITANTE E DO BANDES

- 22.1. O **LICITANTE** e o **BANDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental, conforme estabelecido na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1. O presente pregão não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração do BANDES revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para o conhecimento dos participantes.
- 23.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados no pregão. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 23.3. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.
- 23.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes no BANDES.
- 23.5. É facultado à Pregoeira, ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão eletrônica.
- 23.6. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 23.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração.
- 23.8. A participação do licitante nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.
- 23.9. O Edital encontra-se disponível no site www.licitacoes-e.com.br, ou no BANDES, podendo ser retirado na GERHA, localizada a av. Princesa Isabel, 54, 9º andar - Centro – Vitória/ES, CEP: 29010-906, em dias úteis, no horário das 12 às 18 horas.
- 23.10. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a dúvidas deverá ser dirigido à Pregoeira através do site pregao@bandes.com.br, ou protocolado junto a GERHA, na av. Princesa Isabel, 54, 9º andar - Centro – Vitória/ES, telefone (27) 3331.4440 e 3331-4466, ou ainda através do fax (27) 3223.6307, em dias úteis, no horário das 12 às 18 horas, dentro dos prazos estipulados por este Edital.
- 23.11. Os casos omissos serão decididos pela Pregoeira em conformidade com as disposições constantes do Decreto e Leis citados no **item 1.3** deste Edital.
- 23.12. A empresa vencedora deverá cumprir o disposto no Decreto Nº 2460-R, de 05/02/2010, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 08 de fevereiro de 2010.
- 23.13. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado à Pregoeira.
- 23.14. São partes integrantes deste edital:

- a) Anexo I - (Termo de Referência);
- b) Anexo II - (Exigências Para Habilitação);
- c) Anexo III - (Modelo de Proposta de Preços);
- d) Anexo IV - (Modelo de Declaração de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação);
- e) Anexo V - (Modelo de Declaração de Cumprimento às Normas de Trabalho do Menor);
- f) Anexo VI – (Minuta do Contrato).

Vitória (ES), 19 de junho de 2017.

**Angela Santos da Fonseca
Pregoeira**

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/010 PROCESSO Nº. AD – 53/2017

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENVIO E RECEBIMENTO DE SMS (Short Message Service).

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. O Serviço de envio de SMS é importante para o cumprimento da missão institucional do BANDES, permitindo a aplicação da tecnologia para benefício do cliente na contratação de nossas linhas de financiamento através de uma comunicação transparente e em tempo real. Tem por objetivo informar os clientes do BANDES a respeito do andamento das Propostas de Financiamento do protocolo até a liberação do recurso, comunicar emissão de boletos, entre outros.
- 2.2. O objeto da Licitação enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto Estadual nº 1527-R, possuindo especificações usuais de mercado, nos termos dos referidos diplomas legais.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. O serviço deve ser facilmente integrável ao sistema já existente no Bandes permitindo o uso do protocolo HTTPS para envio das mensagens.
- 3.2. A CONTRATADA deve oferecer a possibilidade de padronização do envio das mensagens de forma a tornar integração o mais independente possível, mudando-se apenas os parâmetros requeridos por cada possível FORNECEDOR.
- 3.3. O serviço deve oferecer também a opção de utilização do software da CONTRATADA para o envio das mensagens.
- 3.4. O serviço deve possibilitar o de envio e recebimento de mensagens de até 160 (cento e sessenta) caracteres alfanuméricos, bem como o envio de mensagens concatenadas, com no mínimo 320 (trezentos e vinte) caracteres alfanuméricos.
- 3.5. O serviço deve possibilitar o envio de SMS de forma individual ou em lote.
- 3.6. O serviço deve possibilitar o envio de mensagens de forma instantânea ou agendada.
- 3.7. O serviço deve oferecer a possibilidade de envio de mensagens interativas, permitindo criar fluxos com perguntas e respostas pré-determinadas, bem como relatórios para acompanhamento das interações.
- 3.8. O serviço deve oferecer cobertura em todo Brasil.

- 3.9. O serviço deve disponibilizar um meio para consultar os log de envio das mensagens indicando o STATUS de envio das mensagens aos destinatários finais.
- 3.10. O serviço deve ser capaz de informar ao CONTRATANTE caso a OPERADORA de celular esteja indisponível.
- 3.11. O serviço deve ser bidirecional, ou seja, ser capaz de enviar e receber mensagens de texto SMS de forma segura e eficiente utilizando as formas de comunicação padrão de mercado MT e MO.
- 3.12. O serviço deve oferecer suporte técnico 24x7 durante todo o ano através de telefone e e-mail.
- 3.13. A CONTRATADA deve ser responsável por toda a infraestrutura necessária ao gerenciamento e envio das mensagens. Destacando-se servidores, software, hospedagem, gerenciamento das conexões e interface com as OPERADORAS de celular.
- 3.14. O serviço deve possuir redundância em toda a infraestrutura necessária ao seu fornecimento e disponibilidade acima de 99% no ano com monitoramento ativo.
- 3.15. O serviço deve oferecer o suporte à portabilidade e ao 9º dígito, livrando o CONTRATANTE do gerenciamento das mudanças nos números dos destinatários.
- 3.16. O serviço deve oferecer retenção das informações de envio por até 6 meses.
- 3.17. O serviço deve possibilitar o envio de SMS usando todas as operadoras de telefonia disponíveis no Estado do Espírito Santo e as principais disponíveis no Brasil, entre elas VIVO, Claro, Tim, Oi e Nextel.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Comunicar ao CONTRATANTE por escrito e em tempo hábil, qualquer anormalidade que esteja impedindo a execução do objeto, prestando os esclarecimentos julgados necessários;
- 4.2. Cumprir fielmente toda a execução do objeto, conforme prazos, condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, assim como em contrato;
- 4.3. Manter relatório técnico com mensuração precisa do volume de serviços prestados a cada período;
- 4.4. Documentar as atividades relativas à prestação dos serviços;
- 4.5. Prover o CONTRATANTE das informações necessárias à adequada execução do objeto;
- 4.6. Manter sigilo de todos os dados ou informações do CONTRATANTE, obtidas em função da execução do objeto;
- 4.7. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução do objeto;
- 4.8. Responder por todos os danos patrimoniais e de qualquer natureza, causados por ação ou omissão de seus profissionais na execução dos serviços, sendo garantida a ampla defesa;
- 4.9. Velar para que todos os privilégios de acesso a sistema, dados ou informações do CONTRATANTE sejam utilizados exclusivamente na execução dos serviços e pelo período estritamente essencial à sua realização;
- 4.10. Refazer ou corrigir serviços contratados, no todo ou em parte, e as suas expensas, sempre que identificado pelo CONTRATANTE ter sido realizado em desacordo com o estabelecido no Edital e seus anexos, bem como no contrato;
- 4.11. Fornecer a seus profissionais técnicos todos os recursos materiais necessários à plena execução do objeto;
- 4.12. Observar a vedação de subcontratar total ou parcialmente o objeto fornecido;

- 4.13. Atender às solicitações do CONTRATANTE, referente a esclarecimentos técnicos ou qualquer outra informação necessária à adequada execução dos serviços;
- 4.14. Avisar a CONTRATANTE, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, no caso de paradas agendadas para manutenção e/ou ajustes da plataforma sistêmica de envio de SMS;
- 4.15. Informar a CONTRATANTE em até 30 (trinta) minutos e durante a execução dos serviços, qualquer indisponibilidade por parte das operados de telefonia;
- 4.16. Manter a disponibilidade da solução de SMS 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana durante toda a vigência contratual;
- 4.17. Manter canal de suporte técnico, através de e-mail e telefone, 24 (vinte e quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana, para atendimento imediato a CONTRATANTE nos caso de indisponibilidade de serviço e/ou mau funcionamento do serviço, apoio e esclarecimentos técnicos;
- 4.18. Os chamados técnicos do canal de suporte técnico terão, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas de prazo de resposta à solicitação da CONTRATANTE;
- 4.19. Indicar preposto aceito pelo BANDES durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que necessário;
- 4.20. Manter as informações de contato do preposto atualizadas durante a vigência do contrato;
- 4.21. Informar imediatamente ao BANDES no caso de substituição do preposto;
- 4.22. Não reenviar uma mesma mensagem se ela tiver sido entregue com sucesso ao seu destinatário;
- 4.23. Manter contrato de envio de mensagens de texto com todas as operadoras que atuam no Estado do Espírito Santo durante a execução do contrato, bem como as principais operadoras que passem a fazer parte do rol de licenciadas pela ANATEL.
- 4.24. Todos os custos inerentes à execução dos serviços decorrentes da contratação deverão ser custeados pela CONTRATADA, tais como, e, não somente, hospedagem, despesas e deslocamento da equipe, alimentação, telefonia.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Permitir acesso aos profissionais técnicos da CONTRATADA às suas dependências, sempre que necessário à prestação dos serviços contratados;
- 5.2. Prestar à CONTRATADA todas as informações que sejam necessárias a plena execução do objeto;
- 5.3. Acompanhar e fiscalizar toda a execução do objeto, assegurando o cumprimento de todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.4. Efetuar o pagamento à empresa CONTRATADA, conforme prazo e forma prevista em Contrato;
- 5.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, todas as ocorrências atípicas registradas durante a execução do objeto;
- 5.6. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços prestados em desacordo com o escopo e especificações técnicas estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 5.7. Aplicar a CONTRATADA, quando necessário, as sanções legais cabíveis, garantida a ampla defesa.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1. A licitante deverá apresentar além da documentação para habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal a documentação que comprove sua qualificação técnica, sendo obrigatoriamente e necessária a apresentação de:
- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídicas(s) de direito público ou privado, comprovando:
 - 6.1.a.1. A execução de serviços de envio de SMS (Short Message Service) para o território nacional, através das operadoras de telefonia móvel licenciadas e especificadas no campo de pesquisa "Cobertura SMP em distritos/vilas e estradas" disponibilizada no site ANATEL (link: <http://sistemas.anatel.gov.br/stel/Consultas/Smp/ERBSemMunicSede/Tela.asp>);
 - 6.1.a.2. A execução de serviços de envio de SMS (Short Messenger Service) para o território nacional com a utilização de infraestrutura própria provida de redundância (servidores e link de internet);
 - b) No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente. Os atestados deverão ser válidos e conter a descrição dos serviços solicitados, o período da prestação dos serviços, nome, cargo, assinatura e telefone institucional para contato junto ao emitente.
 - c) Um atestado poderá comprovar mais de um serviço;
 - d) A critério da Administração poderá ser necessário diligenciar a pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações objetivas sobre o serviço prestado.

7. ESTIMATIVA DE PREÇO

Descrição	Quantidade Estimada de SMS do Período Contratual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Serviços de envio de SMS (Short Message Service)	657.000	0,07	45.990,00

8. PROPOSTA DE PREÇO

- 8.1. A proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo do **Anexo III** deste Edital, ajustada ao preço final ofertado.
- 8.2. Deverá ser acompanhada de:
- a) Declaração emitida pela licitante que, caso vencedora do Certame, apresentará no ato da assinatura do Contrato, comprovação de que possui contrato de envio de mensagens de texto com as principais operadoras de telefonia móvel licenciadas (Vivo, Claro, Tim, Oi e Nextel) e

especificadas no campo de pesquisa “Cobertura SMP em distritos/vilas e estradas” disponibilizada no site ANATEL. (link: <http://sistemas.anatel.gov.br/stel/Consultas/SMP/ERBSemMunicSede/Tela.asp>).

- b) Declaração emitida pela licitante que, caso vencedora do Certame, firmará contrato formal com todas as operadoras que atuam no Estado do Espírito Santo e que eventualmente, após a assinatura do contrato de prestação de serviços ao BANDES, passem a fazer parte do rol operadoras de telefonia móvel licenciadas pela ANATEL.

9. SANÇÕES

- 9.1. A empresa licitante deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no edital, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 28 do Decreto Estadual nº 1.527-R/2005, aplicando-se subsidiariamente o art. 7º da Lei 10.520/2002 e os artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, conforme o disposto:
- a) Advertência;
 - b) Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura do mês equivalente, por dia de descontinuidade dos serviços, até o limite de 05 (cinco) dias.
 - c) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, por atraso no início na prestação dos serviços ou interrupção, superior a 05 (cinco) dias;
 - d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado ou descumprimento das demais cláusulas contratuais;
 - e) Na forma do art. 28 do Decreto nº 1.527-R, impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, bem como descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até (05) cinco anos.
- 9.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista do item 9.1.b
- 9.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na prestação dos serviços advir de caso fortuito ou motivo de força maior, ambos aceitos pelo BANDES.
- 9.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, caso houver, além da perda deste, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo BANDES ou cobrada judicialmente.
- 9.5. As sanções estabelecidas nos itens 9.1.a e 9.1.e poderão ser aplicadas juntamente com as dos itens 9.1.b, 9.1.c e 9.1.d, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 9.6. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

10. PRAZO CONTRATUAL

- 10.1. O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

11. PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento dos SMS (Short Message Service) efetivamente enviados será feito mensalmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante apresentação de nota fiscal e certidões negativas, encerrada e atestada a prestação dos serviços.

Elaborado por

Marina Bazoni de Souza

Coordenadora do Núcleo de Atendimento ao Cliente (NUCAT)

Aprovado por

Ricardo Teixeira Mendes

Gerente Comercial e de Relacionamento

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/010 PROCESSO Nº. AD – 53/2017

1. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1.1. Em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da data e hora da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico, a cópia dos documentos comprobatórios de habilitação e qualificação constantes neste anexo deverão ser encaminhados para o e-mail pregao@bandes.com.br ou o fax (27) 3223-6307, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada ao Pregoeira, para a sede do BANDES, na av. Princesa Isabel, 54 – Centro – Vitória/ES, CEP: 29010-906, observando o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data e hora da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico.

1.2. Para habilitarem-se no certame, os interessados deverão estar cadastrados no sistema Licitações-e e, caso vença a disputa, deverá apresentar os seguintes documentos:

1.2.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo (Estatuto ou Contrato Social em vigor), devidamente registrado no Órgão competente, acompanhado de documento comprobatório da eleição dos atuais administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova de designação da diretoria em exercício.

1.2.2. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão(s) negativa(s) de falência ou concordata, expedida pelo(s) Cartório(s) de Distribuição da sede da licitante, expedida nos últimos 30 (trinta) dias que antecederem a abertura da licitação;

1.2.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- b) Certificados de regularidade do FGTS (certificado de regularidade) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- c) Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas Federal (Receita e Procuradoria), Estadual, Municipal ou do Distrito Federal do domicílio/sede da licitante;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

1.2.4. Qualificação Técnica:

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídicas(s) de direito público ou privado, comprovando:
 - a.1. A execução de serviços de envio de SMS (Short Message Service) para o território nacional, através das operadoras de telefonia móvel licenciadas e especificadas no campo de pesquisa "Cobertura SMP em distritos/vilas e estradas" disponibilizada no site ANATEL (link: <http://sistemas.anatel.gov.br/stel/Consultas/SMP/ERBSemMunicSede/Tela.asp>);

- a.2. A execução de serviços de envio de SMS (Short Messenger Service) para o território nacional com a utilização de infraestrutura própria provida de redundância (servidores e link de internet);
- b) No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente. Os atestados deverão ser válidos e conter a descrição dos serviços solicitados, o período da prestação dos serviços, nome, cargo, assinatura e telefone institucional para contato junto ao emitente.
- c) Um atestado poderá comprovar mais de um serviço.

1.2.5. Declarações:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei 8.666/93, conforme **Anexo IV**;
- b) Declaração de que não possui em seu quadro empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo como aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/93, conforme **Anexo V**;

1.2.6. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

1.2.6.1 - Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

- a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/aplicacoesSimples.app/ConsultarOpcao.aspx>;
- b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

1.2.6.2 – Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123/2006:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações; e
- e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

Parágrafo Primeiro. Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato.

Parágrafo Segundo. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, quando for o caso.

- 1.2.7 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pela Pregoeira, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.
- 1.2.8 A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar das licitantes, a qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 1.2.9 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida.
- 1.2.10 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial.
- 1.2.11 Os documentos exigidos não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 1.2.12 A aceitação de documentos obtidos via “internet” ficará condicionada à confirmação dos mesmos.

Observação: Os documentos relacionados nos subitens 1.2.1 e 1.2.3, poderão ser substituídos mediante apresentação de Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido por órgão da Administração Pública de qualquer esfera (municipal, estadual ou federal) e que apresentem todas as certidões exigidas e válidas na data do pregão.

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2017/010

PROCESSO Nº. AD – 53/2017

Modelo de Proposta de Preços

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 2017/010 – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A
– PROPOSTA DE PREÇOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA CORRENTE

Planilha de Custos e Formação de Preços

Descrição	Quantidade Estimada de SMS do Período Contratual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Serviços de envio de SMS (Short Message Service)	657.000		
Valor Total (extenso)			

Declaramos que no preço proposto estão incluídas todas as despesas com salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, seguros, combustível, tributos diretos e indiretos e outras despesas pertinentes ao objeto do edital.

Declaramos que atendemos plenamente todos os requisitos exigidos no **Anexo I e II** do edital.

Declaramos que concordamos com todos os termos do Edital e seus anexos.

Declaramos que esta proposta tem validade pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura desta proposta.

DATA

ASSINATURA – RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/010 PROCESSO Nº. AD –53/2017

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ – MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa licitante e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2017/010 PROCESSO Nº. AD – 53/2017

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ – MF Nº. _____, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, (salvo / nem) na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa licitante e carimbada com o número do CNPJ.
2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/010
PROCESSO Nº. AD – 53/2017

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TÉCNICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM O BANCO DE DESENVOLVIMENTO
ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES E, NA
FORMA ABAIXO:**

Partes:

- I) **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES**, instituição financeira constituída sob a forma jurídica de sociedade anônima de economia mista, com sede na Avenida Princesa Isabel, nº 54, 12º andar, Vitória-ES, inscrito no CNPJ - MF sob o nº 28.145.829/0001-00, doravante nomeado **CONTRATANTE**;
- II), pessoa jurídica de direito privado, com sede na, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**.

Por seus representantes abaixo assinados ajustam e convencionam o presente contrato de prestação de serviços especializados, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO - O presente contrato tem por objeto a disponibilização de serviços de entrega e recebimento de SMS (*Short Message Services*), em todo território nacional, para comunicação com os clientes do **CONTRATANTE**, através de processo de integração técnica junto às Operadoras de Telefonia Móvel, sem exclusividade, com a utilização de equipe e equipamentos próprios da **CONTRATADA**, conforme especificações técnicas mínimas detalhadas no Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO - Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob forma de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, II, "b" da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR – O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor mensal resultante da multiplicação do valor unitário do SMS pela quantidade efetivamente utilizada no mês, limitada a quantidade estimada de 657.000 SMS pelo período contratual de vinte e quatro meses.

Descrição	Valor Unitário (R\$)
Serviços de envio de SMS (Short Message Service)	

Parágrafo Primeiro: O valor total estimado para o período contratual é de R\$

Parágrafo Segundo: Os valores pactuados poderão sofrer alteração, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme alteração dos preços praticados pelas Operadoras de Telefonia Celular.

CLÁUSULA QUARTA: DA FORMA DE PAGAMENTO - O CONTRATANTE efetuará o pagamento em parcela única, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

Parágrafo Primeiro: A fatura deverá ser entregue no início de cada mês, fazendo juntar os seguintes documentos:

- I. Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND);
- II. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- III. Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas Federal (Receita e Procuradoria), Estadual, Municipal ou do Distrito Federal do domicílio/sede da licitante;
- IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Segunda: O documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções, será devolvido à **CONTRATADA**, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.

Parágrafo Terceira: Em caso de rejeição da nota fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo de 05 (cinco) dias úteis passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

Parágrafo Quarta: Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito a pleito de atualização.

Parágrafo Quinto: Se devido, Se devidas, serão procedidos nos pagamentos a serem efetuados, as retenções na fonte de obrigações legais

Parágrafo Sexto: Fica assegurado ao **BANDES** o direito de deduzir do pagamento devido à **CONTRATADA**, independente da aplicação de multas, importância correspondente a:

- I. Débitos a que tiver dado causa;
- II. Despesas relativas à correção de eventuais falhas;
- III. Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos;
- IV. Utilização de materiais ou equipamentos do BANDES cujo fornecimento seja **obrigação** da **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo: Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE VIGÊNCIA – O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além das demais condições inseridas neste instrumento, constituem obrigações da **CONTRATADA**, as seguintes:

- I. Comunicar ao **CONTRATANTE** por escrito e em tempo hábil, qualquer anormalidade que esteja impedindo a execução do objeto, prestando os esclarecimentos julgados necessários;
- II. Cumprir fielmente toda a execução do objeto, conforme prazos, condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, assim como em contrato;
- III. Manter relatório técnico com mensuração precisa do volume de serviços prestados a cada período;

- IV. Documentar as atividades relativas à prestação dos serviços;
- V. Prover o **CONTRATANTE** das informações necessárias à adequada execução do objeto;
- VI. Manter sigilo de todos os dados ou informações do **CONTRATANTE**, obtidas em função da execução do objeto;
- VII. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução do objeto;
- VIII. Responder por todos os danos patrimoniais e de qualquer natureza, causados por ação ou omissão de seus profissionais na execução dos serviços, sendo garantida a ampla defesa;
- IX. Velar para que todos os privilégios de acesso a sistema, dados ou informações do **CONTRATANTE** sejam utilizados exclusivamente na execução dos serviços e pelo período estritamente essencial à sua realização;
- X. Refazer ou corrigir serviços contratados, no todo ou em parte, e as suas expensas, sempre que identificado pelo **CONTRATANTE** ter sido realizado em desacordo com o estabelecido no Edital e seus anexos, bem como no contrato;
- XI. Fornecer a seus profissionais técnicos todos os recursos materiais necessários à plena execução do objeto;
- XII. Observar a vedação de subcontratar total ou parcialmente o objeto fornecido;
- XIII. Atender às solicitações do **CONTRATANTE**, referente a esclarecimentos técnicos ou qualquer outra informação necessária à adequada execução dos serviços;
- XIV. Avisar a **CONTRATANTE**, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, no caso de paradas agendadas para manutenção e/ou ajustes da plataforma sistêmica de envio de SMS;
- XV. Informar a **CONTRATANTE** em até 30 (trinta) minutos e durante a execução dos serviços, qualquer indisponibilidade por parte das operadoras de telefonia;
- XVI. Manter a disponibilidade da solução de SMS 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana durante toda a vigência contratual;
- XVII. Manter canal de suporte técnico, através de e-mail e telefone, 24 (vinte e quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana, para atendimento imediato a **CONTRATANTE** nos caso de indisponibilidade de serviço e/ou mau funcionamento do serviço, apoio e esclarecimentos técnicos;
- XVIII. Os chamados técnicos do canal de suporte técnico terão, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas de prazo de resposta à solicitação da **CONTRATANTE**;
- XIX. Indicar preposto aceito pelo **BANDES** durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que necessário;
- XX. Manter as informações de contato do preposto atualizadas durante a vigência do contrato;
- XXI. Informar imediatamente ao **BANDES** no caso de substituição do preposto;
- XXII. Não reenviar uma mesma mensagem se ela tiver sido entregue com sucesso ao seu destinatário;
- XXIII. Manter contrato de envio de mensagens de texto com todas as operadoras de telefonia disponíveis no Estado do Espírito Santo e as principais disponíveis no Brasil, entre elas VIVO, Claro, Tim, Oi e Nextel, durante a execução do contrato, bem como as principais operadoras que passem a fazer parte do rol de

licenciadas pela ANATEL.

XXIV. Todos os custos inerentes à execução dos serviços decorrentes da contratação deverão ser custeados pela **CONTRATADA**, tais como, e, não somente, hospedagem, despesas e deslocamento da equipe, alimentação, telefonia.

XXV. Manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE – Obriga-se o CONTRATANTE:

- I. Permitir acesso aos profissionais técnicos da **CONTRATADA** às suas dependências, sempre que necessário à prestação dos serviços contratos;
- II. Prestar à **CONTRATADA** todas as informações que sejam necessárias a plena execução do objeto;
- III. Acompanhar e fiscalizar toda a execução do objeto, assegurando o cumprimento de todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- IV. Efetuar o pagamento à empresa **CONTRATADA**, conforme prazo e forma prevista em Contrato;
- V. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, todas as ocorrências atípicas registradas durante a execução do objeto;
- VI. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços prestados em desacordo com o escopo e especificações técnicas estabelecidas no Edital e seus anexos.
- VII. Aplicar a **CONTRATADA**, quando necessário, as sanções legais cabíveis, garantida a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO - A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, em especial as previstas nos artigos 78 e seguintes da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA: DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS – O presente contrato origina-se do Pregão Eletrônico nº. 2017/010 – Processo AD-53/2017, a ele se integrando os termos do edital e da proposta da **CONTRATADA**, bem como as disposições da Lei 8.666/93, no que couber, ficando ajustado que:

- I. As relações entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais, determinados pela urgência das medidas que deverão, todavia, ser confirmados por escrito dentro de 05 (cinco) dias úteis;
- II. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades do contrato, nem implicará em aprovação definitiva do fornecimento realizado, salvo disposição em contrário, estabelecida no contrato;
- III. Não valerá como precedente ou novação ou, ainda, como renúncia aos direitos que a legislação e o contrato asseguram ao **CONTRATANTE**, a tolerância de sua parte quanto a eventuais infrações da **CONTRATADA** às condições estabelecidas no contrato e seus anexos.
- IV. Fica expresso e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência do contrato ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da parte inadimplente, não atingirá aqueles direitos ou faculdades que poderão ser exercidos na forma estabelecida no contrato, até a data em que estiverem cumpridas todas as obrigações mútuas.

CLÁUSULA DÉCIMA: CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BANDES - A **CONTRATADA** e o **BANDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de

acordo com os princípios do interesse público, da integridade, da imparcialidade, da transparência, da honestidade, da responsabilidade, do respeito, da competência e eficiência.

Parágrafo Primeiro: Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, a **CONTRATADA** obriga-se, inclusive, a:

- I. Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II. Impedir o favorecimento ou a participação de empregados e dirigentes do BANDES, ou seus parentes até o terceiro grau, na execução do objeto do presente Contrato, em situação de conflito de interesse;
- III. Observar o Código de Ética do BANDES vigente ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;
- IV. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

Parágrafo Segundo: Verificada uma das situações mencionadas no inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete a **CONTRATADA** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BANDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** declara ter conhecimento do Código de Ética do **BANDES**, que poderá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bandes.com.br ou requisitado ao Gestor do Contrato.

Parágrafo Quarta: Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BANDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na internet (www.bandes.com.br) e telefone (0800.283.4202).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES APLICÁVEIS - Pela inexecução total ou parcial deste contrato, erro ou demora na sua execução, ou ainda, pelo descumprimento de qualquer obrigação nele assumida, a **CONTRATADA** será notificada pelo **CONTRATANTE**, sendo-lhe garantida prévia defesa. Caso as razões por ela apresentadas sejam consideradas improcedentes, o **CONTRATANTE** poderá aplicar-lhe as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura do mês equivalente, por dia de descontinuidade dos serviços, até o limite de 05 (cinco) dias.
- III. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, por atraso no início na prestação dos serviços ou interrupção, superior a 05 (cinco) dias;
- IV. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado ou descumprimento das demais cláusulas contratuais;
- V. Na forma do art. 28 do Decreto nº 1.527-R, impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, bem como descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até (05) cinco anos.

Parágrafo Primeiro: A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da entrega dos produtos, advir de caso fortuito ou motivo de força maior, ambos aceitos pelo **BANDES**.

Parágrafo Segundo: Os valores das multas aplicadas, caso forem superiores ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda deste, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo BANDES ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro: As sanções estabelecidas nos itens I e V poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, III e IV, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Quarto: Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES – A CONTRATADA responsabiliza-se pela orientação de seus empregados quanto ao cumprimento das Políticas de Segurança da Informação do **CONTRATANTE**, sendo co-responsável pela utilização de senhas e manipulação de informações disponibilizadas aos mesmos, na forma do termo de responsabilidade por eles firmado, estendendo-se ao âmbito Judiciário, inclusive no que tange a obrigação de indenizar.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO - A presente contratação é resultado do Pregão Eletrônico nº 2017/010 – Processo AD 53/2017, autorizado pela Diretoria do **CONTRATANTE** em Reunião realizada no dia 14.06.2017, nos termos do Voto DIRAF nº 061/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS – Os recursos financeiros para cobertura das despesas decorrentes deste contrato são próprios do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO – Fica eleito o foro de Vitória-ES, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 03 (três) três vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas infrafirmadas.

Vitória-ES,

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF nº:

2. _____
Nome:
CPF nº:

ANEXO ÚNICO

1. OBJETO

1.2. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENVIO E RECEBIMENTO DE SMS (Short Message Service).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Serviço de envio de SMS é importante para o cumprimento da missão institucional do BANDES, permitindo a aplicação da tecnologia para benefício do cliente na contratação de nossas linhas de financiamento através de uma comunicação transparente e em tempo real. Tem por objetivo informar os clientes do BANDES a respeito do andamento das Propostas de Financiamento do protocolo até a liberação do recurso, comunicar emissão de boletos, entre outros.

2.2. O objeto da Licitação enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto Estadual nº 1527-R, possuindo especificações usuais de mercado, nos termos dos referidos diplomas legais.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O serviço deve ser facilmente integrável ao sistema já existente no Bandes permitindo o uso do protocolo HTTPS para envio das mensagens.

3.2. A CONTRATADA deve oferecer a possibilidade de padronização do envio das mensagens de forma a tornar integração o mais independente possível, mudando-se apenas os parâmetros requeridos por cada possível FORNECEDOR.

3.3. O serviço deve oferecer também a opção de utilização do software da CONTRATADA para o envio das mensagens.

3.4. O serviço deve possibilitar o de envio e recebimento de mensagens de até 160 (cento e sessenta) caracteres alfanuméricos, bem como o envio de mensagens concatenadas, com no mínimo 320 (trezentos e vinte) caracteres alfanuméricos.

3.5. O serviço deve possibilitar o envio de SMS de forma individual ou em lote.

3.6. O serviço deve possibilitar o envio de mensagens de forma instantânea ou agendada.

3.7. O serviço deve oferecer a possibilidade de envio de mensagens interativas, permitindo criar fluxos com perguntas e respostas pré-determinadas, bem como relatórios para acompanhamento das interações.

3.8. O serviço deve oferecer cobertura em todo Brasil.

3.9. O serviço deve disponibilizar um meio para consultar os log de envio das mensagens indicando o STATUS de envio das mensagens aos destinatários finais.

3.10. O serviço deve ser capaz de informar ao CONTRATANTE caso a OPERADORA de celular esteja indisponível.

3.11. O serviço deve ser bidirecional, ou seja, ser capaz de enviar e receber mensagens de texto SMS de forma segura e eficiente utilizando as formas de comunicação padrão de mercado MT e MO.

3.12. O serviço deve oferecer suporte técnico 24x7 durante todo o ano através de telefone e e-mail.

3.13. A CONTRATADA deve ser responsável por toda a infraestrutura necessária ao gerenciamento e

envio das mensagens. Destacando-se servidores, software, hospedagem, gerenciamento das conexões e interface com as OPERADORAS de celular.

3.14. O serviço deve possuir redundância em toda a infraestrutura necessária ao seu fornecimento e disponibilidade acima de 99% no ano com monitoramento ativo.

3.15. O serviço deve oferecer o suporte à portabilidade e ao 9º dígito, livrando o CONTRATANTE do gerenciamento das mudanças nos números dos destinatários.

3.16. O serviço deve oferecer retenção das informações de envio por até 6 meses.

3.17. O serviço deve possibilitar o envio de SMS usando todas as operadoras de telefonia disponíveis no Estado do Espírito Santo e as principais disponíveis no Brasil, entre elas VIVO, Claro, Tim, Oi e Nextel.